



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Especial de Estudo		
Modernização do Código de Posturas		
Reunião: 11ª	Sessão legislativa: 4ª	Legislatura: 19ª
Finalidade: “modernização do Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”		
Requerimento nº: 1.628/23		
Autoria: Sérgio Fernando Pinho Tavares, Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernanda Pereira Altoé, Fernando Luiz, Gabriel Sousa Marques de Azevedo, Gilson Guimarães, Henrique Braga, Irlan Melo, Janaina Cardoso, Jorge Santos, Marcela Trópia e Ramon Bibiano da Casa de Apoio		
Data: 10/5/24		
Horário de início: 10h18min		Horário de encerramento: 12h15min
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência da vereadora Marcela Trópia, que registrou a presença remota dos vereadores Jorge Santos e Ciro Pereira, reuniu-se a comissão.

A presidenta registrou a presença do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, suplente do vereador Ciro Pereira.

Havendo quórum, a presidenta declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, a presidenta comunicou a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 12/4/24.

Comunicou a inversão da ordem da pauta, passando-se ao seguinte item:

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 932/24 - pedido de informação ao “prefeito de Belo Horizonte Fuad Noman” e ao “secretário municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de Política Urbana, João Antônio Fleury Teixeira,” para “obter informações sobre a fiscalização e aplicação de multas relacionadas à poluição sonora na nossa cidade.”. Autoria: Gilson Guimarães e Marcela Trópia.

Aprovado por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 933/24 - pedido de informação ao “Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman,”, ao “secretário municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury Teixeira,” e à “Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS), Júlia Gallo,” para “obter informações sobre a implementação de parklets em Belo Horizonte.”. Autoria: Gilson Guimarães e Marcela Trópia.

Aprovado por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 934/24 - realização da Audiência Pública para “discutir e avaliar possíveis alternativas para modernizar e simplificar o atual Código de Posturas do município”, no dia 24/5/24, às 10 horas, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: Marcela Trópia e Gilson Guimarães.

Aprovado por unanimidade.

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Finalidade: “discutir as dificuldades encontradas pelos fiscais no que se refere às Posturas do Município, assim como fatores que interferem no cumprimento da fiscalização e que poderiam ser alterados com o intuito de facilitar a ordenação do espaço urbano”
Requerimento de Comissão nº: 825/24
Autoria: Marcela Trópia e Gilson Guimarães

Compuseram a mesa: a) o subsecretário municipal de Fiscalização, José Mauro Gomes; b) o representante do Coletivo de Fiscais Municipais, Wilber Henrique; c) a síndica do Edifício Leonardo, na Rua Sergipe, Rita Velloso; d) a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

presidenta do Movimento Lagoinha Viva, Teresa Vergueiro; e) o diretor de Políticas de Planejamento Urbano, Tiago Esteves Gonçalves Costa; f) o morador da Savassi, Tiago Duarte Nunes de Oliveira; g) o representante da Associação do Bairro Santa Tereza, Diamantino Serafino; h) a representante da Associação Pró-Civitas, Kellyane Paganini; i) Marco Antônio Medina, representando Israel Arimar, coordenador administrativo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - Sindibel; j) o morador do Bairro São Cristóvão, Roy Gomes Silva Arantes; k) a moradora do Bairro Lagoinha, Maria Aparecida Batista Dantas; l) o representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Minas Gerais - OAB-MG, Matheus Cifani; m) o representante da OAB-MG, Gabriel Sapucaia; n) o representante da sociedade civil, Kleber Teixeira; o) o morador da Savassi, na Rua Sergipe, Remaclo Fernando de Souza. Houve presenças remotas.

Wilber Henrique anunciou que Marco Antônio Medina faria uma apresentação por meio de eslaides.

A presidenta agradeceu a presença e a parceria do grupo de extensão da UniBH, que se voluntariou para acompanhar como mudanças legislativas acontecem na prática.

Registrou a presença do representante do grupo de candidatos aprovados no concurso para fiscais, Guilherme Augusto.

Marco Antônio Medina agradeceu a oportunidade. Disse que é fundamental ouvir quem de fato está aplicando a legislação aprovada por esta Casa, que afirmou ter pontos positivos e negativos. Explicou que a carreira possui cinco ramos de atuação, que foram unificados a partir de 2011. Informou que Belo Horizonte também passou a contar com sistema informatizado e uma a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Subsecretaria de Fiscalização. Declarou que esse modelo não existe em outros lugares e que o Município recebe inúmeras delegações que visam estudar o que é feito aqui para ser replicado. Disse que os fiscais possuem cerca de 100 atribuições e que a expectativa de que a PBH discutisse a reestruturação da carreira ainda não saiu do papel. Destacou a importância do trabalho de fiscalização, que, por exemplo, evita enchentes quando age contra a deposição de resíduos nas vias públicas e previne a transmissão de arboviroses ao notificar donos de lotes vagos. Comunicou que um dos principais desafios enfrentados pelos fiscais é a interferência política em suas atividades. Citou o desconhecimento da população acerca do papel do fiscal, a falta de capacitação continuada e de investimentos e a legislação ultrapassada como outros fatores que dificultam a atuação fiscalizatória. Sugeriu que, além da atualização do Código de Posturas, outras legislações sejam revistas e unificadas, como a ambiental e a urbanística. Propôs a criação de um conselho urbanístico com a participação de representantes dos fiscais, a criação de um fundo financeiro e a revisão de penalidades para que sejam proporcionais à situação socioeconômica de quem é multado. Falou sobre a retirada da possibilidade de que fiscais recorram quando o documento fiscal é cancelado e disse que isso precisa ser revisto. Defendeu a extinção da aplicação de multas sem prévia notificação, de modo que a fiscalização passe a ter caráter orientativo. Defendeu que a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - disponibilize atendimento de profissionais de engenharia e de arquitetura para a população de baixa renda, pois esses serviços são caros. Exibiu fotos de atuações da fiscalização e enfatizou que os fiscais desejam sempre contribuir para uma cidade melhor.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A presidenta afirmou que é importante ouvir as sugestões apresentadas, que disse que considera muito boas.

Wilber Henrique parabenizou seu colega pela apresentação. Disse que a fiscalização tem atribuições relacionadas a posturas, obras, limpeza urbana, controle ambiental etc. Falou sobre as disparidades do plano salarial entre os recém-aprovados no concurso para fiscais e os profissionais mais antigos. Informou que, em 4 anos, quem acabou de entrar na carreira atingirá o nível que ele demorou 25 anos para alcançar. Declarou que isso tem colocado os mais velhos na carreira contra os recém-aprovados. Enfatizou que o trabalho dos fiscais envolve uma legislação extensa: o Código de Posturas, o Plano Diretor, o Código de Obras etc., além de decretos e leis complementares. Afirmou que ações de fiscalização resguardam a boa convivência na cidade. Chamou a atenção para a questão das penalidades, que devem levar em conta questões regionais e socioeconômicas. Disse que uma multa aplicada na Savassi, Região Centro-Sul, não pode ser a mesma que na Região Norte, por exemplo. Justificou a falta de Israel Arimar.

A presidenta informou que o conteúdo do Código de Posturas é muito vasto e que, por isso, foi dividido em temas. Registrou os temas já discutidos e os que ainda serão debatidos em audiências públicas.

Matheus Cifani elogiou a condução desta comissão. Comentou que, há cerca de três semanas, um bar famoso da capital foi alvo de fiscalização agressiva e de multas. Citou também o caso de uma senhora idosa que vendia frutas na Avenida Amazonas quando várias viaturas chegaram e tomaram seus produtos de forma violenta. Afirmou que muitas pessoas de Belo Horizonte não conhecem o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que seria uma fiscalização humanizada e que isso é muito prejudicial. Falou sobre a grande quantidade de penalidades prevista no Código de Posturas e sobre o prazo de apenas um dia para que a pessoa apresente sua defesa, o que inviabiliza a ampla defesa e o contraditório. Disse que as questões mencionadas são recorrentes em vários segmentos da sociedade.

Gabriel Sapucaia comentou demanda a respeito de fiscalização de obras em que a marcação da vistoria chega a demorar dois anos. Defendeu que a PBH cumpra prazos. Afirmou que Belo Horizonte é hostil e agressiva em relação a empreendimentos. Disse que, na dita capital dos bares e restaurantes, é difícil encontrar lugares para fazer uma refeição às 23 horas, por exemplo, pois os estabelecimentos têm horário para fechar. Declarou que as imposições deixam a cidade estagnada. Destacou o contrassenso de que a capital dos bares não tenha vida noturna.

Teresa Vergueiro elogiou a fala dos fiscais. Declarou ter orgulho dos funcionários da PBH, mas não do prefeito. Afirmou que o problema do Bairro Lagoinha é grave, pois envolve venda de reciclados, narcotráfico, moradores em situação de rua, falta de limpeza etc. Pediu que o Executivo estude o art. 243 do Plano Diretor. Cobrou a elaboração de um plano local para o Bairro Lagoinha, pois, sem ele, a situação não apresentará melhorias. Disse que a fiscalização do comércio de reciclados envolve a polícia somente de três em três meses.

José Mauro Gomes afirmou que essa informação não é verdadeira.

Teresa Vergueiro registrou que acontece no Bairro Lagoinha comércio ilegal de reciclagem e de ilícitos, mas que a polícia diz que não pode fazer nada a respeito. Anunciou que possui o endereço de dois comércios de reciclagem que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estão sem alvará e que operam de madrugada. Disse que faltam fiscais para atuar em toda a cidade. Informou que também existem cassinos e garagens de ônibus sem alvará e que moradores ligam para ela constantemente relatando situações ilegais. Falou sobre a casa de passagem instalada no Bairro Lagoinha sem qualquer consulta à população local, o que disse que contraria a Constituição. Mencionou a situação caótica no entorno dessa casa de passagem, o que tende a piorar, já que passará a funcionar 24 horas.

José Mauro Gomes afirmou que Teresa Vergueiro estava dizendo várias coisas que não têm a ver com as funções da fiscalização.

Teresa Vergueiro afirmou que a PBH não assume suas atitudes e que impõe as situações à população. Destacou que, antes de aplicar milhares de multas, a PBH deve pensar em educar a população. Criticou o caso dos alvarás digitais, que são emitidos sem que a PBH faça a fiscalização. Disse que é muito cômodo ao Executivo chegar tardiamente e só aplicar multas.

A presidenta disse que a fala de Teresa Vergueiro trouxe questões que envolvem a polícia militar. Afirmou que, após tantas audiências públicas e relatos de vários casos concretos, está claro que a capital possui diversas facetas que não conseguem ser contempladas por um único Código de Posturas. Defendeu a simplificação do Código de Posturas e a criação de uma nova cultura que trate de cada caso concreto, pois as realidades, até de bairros vizinhos como Savassi e Lourdes, são diferentes. Informou que pode ajudar a criar redes de conversa, pois algumas soluções não serão encontradas na lei, mas em planos de ação individuais. Falou sobre o livro *A Velocidade da Confiança* e a relação entre



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

corrupção, dificuldade de confiar no próximo e criação de leis. Declarou que é preciso reduzir barreiras.

Wilber Henrique criticou as falas de Matheus Cifani e Gabriel Sapucaia sobre violência em ações de fiscalização, que afirmou serem acusações graves.

Marco Antônio Medina informou que existe uma Subcontroladoria de Correição e que casos específicos devem ser levados a essa instância para que servidores sejam punidos, se for o caso.

Kellyane Paganini discordou das falas dos advogados. Citou problema de poluição sonora no entorno do Mineirão e informou que nunca viu uma ação agressiva da fiscalização. Afirmou que existe sim intervenção política em Belo Horizonte e que há empreendedores conscientes e outros não. Informou que não entende alguns critérios de interdição seguidos pelos fiscais. Em relação ao caso do Mineirão, comunicou que há interferência política, pois os casos que envolvem o local são reincidentes. Solicitou um pedido de informação sobre as infrações que ocorrem no local. Afirmou que a sociedade espera ansiosamente que os aprovados no concurso para fiscais comecem a atuar. Anunciou que um projeto de lei foi elaborado por uma comissão de representantes de associações e solicitou sua aprovação.

A presidenta pediu que as informações fossem enviadas para Paulo, seu assessor.

Diamantino Serafino afirmou que Belo Horizonte tem a possibilidade de melhorar e que as audiências públicas são importantes para debater problemas e soluções. Defendeu a atuação correta dos fiscais e a necessidade de que a categoria seja valorizada. Disse que apenas uma pequena parcela de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estabelecimentos no Bairro Santa Tereza perturba a população local. Apontou que, hoje em dia, pessoas simplesmente decoram suas garagens, colocam cadeiras na rua e ligam aparelhos sonoros, sendo preciso tratar essa questão desde a origem. Defendeu a responsabilização dos donos de bares e restaurantes, pois são eles quem deve cuidar de seus espaços. Afirmou que Belo Horizonte deveria ser considerada a capital da cultura gastronômica, não a dos botecos. Concordou com a ideia de promover diálogos locais. Solicitou que José Mauro Gomes faça um estudo estatístico dos bares que causam transtornos na cidade.

A presidenta anunciou que conversará com a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos - Abrape - para a criação de grupos de trabalho entre donos de estabelecimentos e moradores.

Amanda Lúcia, moradora e representante do Movimento Unidos por Respeito de Santa Tereza, pediu que a fiscalização atendesse prontamente aos chamados da população, pois de nada adianta ir até os locais meses depois e em horários diferentes. Defendeu a convocação de mais pessoas aprovadas no concurso para fiscais.

Rita Velloso elogiou o trabalho da fiscalização. Informou que há uma concentração de poluição sonora bem perto de sua casa. Afirmou que moradores e comerciantes precisam ser igualmente respeitados. Declarou que apoia a proposta da presidenta de criação de mesas de conversa, pois a resposta não está nas leis.

Kleber Teixeira elogiou a fala de Diamantino Serafino e criticou a fala de Gabriel Sapucaia. Afirmou que o título de capital dos bares é desonroso, pois se



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

trata de um eufemismo para capital do alcoolismo. Leu manchetes de jornais a respeito do consumo alcoólico em Belo Horizonte e chamou a atenção para as consequências disso: mortes no trânsito, violência doméstica e feminicídio etc. Sugeriu que Belo Horizonte se transforme em uma capital cultural. Falou sobre a autorização de uso de *parklets* por estabelecimentos, o que causa transtorno ao trânsito de veículos.

Tiago Duarte Nunes pediu que os estudos de licenciamento sejam mais técnicos e feitos previamente para evitar transtornos futuros e respeitar os moradores.

A presidenta comunicou que os casos concretos relatados nesta audiência serão passados para José Mauro Gomes.

José Mauro Gomes apontou que, às vezes, as discussões tratam de assuntos que fogem do tema central. Pediu desculpas para Teresa por tê-la interrompido.

Teresa Vergueiro solicitou que seja convidada para um café.

José Mauro Gomes afirmou que o convite está feito. Criticou a fala do advogado sobre violência em ações de fiscalização. Explicou que a lei permite a interdição imediata em algumas situações e, em relação à violência, declarou que os eventuais casos devem ser tratados individualmente. Informou que há várias ações acontecendo no Bairro Lagoinha e que mais informações devem ser consultadas com a Subsecretaria de Planejamento Urbano - Suplan.

Teresa Vergueiro apontou que as referidas ações não fazem parte de um plano local.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

José Mauro Gomes iniciou apresentação de eslaides. Falou sobre o organograma da Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU. Disse que a Subsecretaria de Fiscalização - Sufis - possui três diretorias e que há uma dificuldade de homogeneização, pois se trata de uma estrutura muito grande. Informou que, buscando a integração, a fiscalização foi dividida em cinco áreas. Apontou como fragilidade do processo o ingresso de fiscais de diferentes áreas de formação e capacidades. Registrou que recebem visitas de delegações de diversos Municípios do País, que buscam conhecer a estrutura de fiscalização local, que funciona conforme a metodologia de gestão do ciclo Planejar (*Plan*), Fazer (*Do*), Verificar (*Check*) e Agir (*Act*) - PDCA, na sigla em inglês. Disse que, se o conceito de interferência política for relacionado à conversa com diversos atores, então ela existe sim, pois a Sufis está aberta para conversar com qualquer cidadão sobre sua estrutura. Acrescentou que, se o conceito estiver relacionado a acatar ordens, então que isso não corresponde à verdade. Chamou a atenção para o fato de que, com a abertura da cidade no pós-pandemia, os empreendimentos são vitais para Belo Horizonte. Disse que, durante a pandemia, a fiscalização de controle urbanístico e ambiental ocorreu com muita dificuldade, inclusive com casos de agressão a fiscais. Leu a visão da Sufis e apresentou como o órgão trabalha com a ferramenta de gestão de tarefas Matriz de Eisenhower. Em relação ao relato de que a fiscalização demora a atuar frente a denúncias, concordou que o atendimento deveria ser imediato. Informou que a pasta não consegue atender a tudo e que, com a chegada dos novos servidores, isso será possível. Observou que, culturalmente, a fiscalização atua na cidade atendendo a demandas, mas não consegue, infelizmente, trabalhar de forma



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

preventiva e orientativa. Registrou a existência de um projeto com crianças com o objetivo de educar sobre a fiscalização. Sobre as punições, concordou que os valores devem levar em conta questões regionais e socioeconômicas.

Às 12h17min, a presidenta prorrogou a reunião por 1 hora.

José Mauro Gomes disse que há algumas divergências sobre a abrangência do poder de polícia da fiscalização. Disse que desconhece casos de atuações fiscalizatórias que foram paralisadas por questões administrativas.

Teresa Vergueiro perguntou o que José Mauro Gomes teria a dizer sobre o art. 243 do Plano Diretor.

José Mauro Gomes informou que isso deve ser verificado com a Suplan.

Teresa Vergueiro perguntou o que precisa ser feito no que diz respeito à fiscalização. Solicitou uma reunião com José Mauro Gomes para tratar desse assunto.

José Mauro Gomes afirmou que a fiscalização de Belo Horizonte foi afetada por uma lacuna geracional por não ter havido concurso público para fiscais por muito tempo. Disse que, segundo a lei, são autorizadas 364 vagas, mas que, se todas elas forem providas agora, a lacuna geracional vai acontecer novamente. Explicou que a ideia inicial era convocar os aprovados conforme o número de vagas previsto no edital e, também, cobrir as vacâncias por aposentadoria. Informou que a idade avançada limita a ação fiscal.

Tiago Esteves Gonçalves informou que não há mais exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - para bares com música ao vivo. Acrescentou que os conselhos municipais competentes podem analisar casos excepcionais. Sobre o art. 243 do Plano Diretor, afirmou que o dispositivo é claro ao vedar certas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atividades, mas que ele só se aplica a novos empreendimentos. Disse que os comércios de resíduos que já existiam antes da lei possuem o direito da permanência.

A presidenta questionou se, mesmo havendo o direito da permanência, não haveria fiscalização no exercício da atividade.

Tiago Esteves Gonçalves respondeu que o exercício da atividade deve ser fiscalizado.

Teresa Vergueiro disse que a população local não foi chamada para discutir a situação do Bairro Lagoinha pelo governo atual. Afirmou que a PBH sabe o que está acontecendo naquela região, mas que falta fiscalização.

Tiago Esteves Gonçalves informou que há um esforço contínuo com ações intersetoriais, mas que os problemas da área em questão são extremamente complexos. Disse que ele e José Mauro estão sempre trabalhando em conjunto. Falou sobre os avanços que o Código de Posturas de 2003 trouxe para a cidade, mas afirmou a necessidade de adequá-lo ao contexto atual.

Guilherme Augusto destacou que todos os munícipes apontam deficiência na fiscalização por falta de fiscais em Belo Horizonte, já que o último concurso para fiscais aconteceu em 2000. Informou a taxa de preenchimento das vagas para fiscais e a média de idade dos profissionais. Afirmou que certas situações precisam, sim, de atuações emergenciais, exemplificando sua fala com casos recentes. Mencionou intimação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG - para que o Município preste esclarecimentos sobre a falta de fiscalização. Declarou que a situação só será resolvida se o número de vagas previsto para fiscais for alterado por meio de lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A presidenta disse que esse ajuste não pode ser mais adiado. Passou a palavra para o público presente.

Maria informou ser moradora do Bairro Bonfim, anexo ao Bairro Lagoinha. Apontou que é preciso pensar no global e agir localmente na gestão da sustentabilidade. Elogiou a fala de Tiago Esteves. Afirmou que os estabelecimentos de sucata e ferros-velhos têm o direito de funcionar, mas que a fiscalização precisa acontecer. Disse que esses locais operam em espaços mínimos e alocam grande quantidade de inservíveis, sendo necessário avaliar o impacto ambiental que eles representam. Leu e comentou o artigo do Código de Posturas sobre impactos econômicos, ambientais e sociais.

Edgar, também morador do Bairro Bonfim, falou sobre a necessidade de que o funcionamento dos ferros-velhos passe a acontecer somente no horário comercial, pois isso facilitaria a fiscalização. Citou caso de uma locadora de veículos ao lado de sua casa que operava 24 horas por dia sem alvará. Observou que a legislação atual não determina o nível de decibéis para o horário noturno, o que disse que é um absurdo.

A presidenta informou que há determinação de decibéis, mas que ela dá margem à subjetividade.

Rômulo, morador do Bairro Santa Tereza, informou que seu apartamento fica em frente ao estabelecimento Planeta Gol, que comete diversas infrações e foi multado e interditado diversas vezes. Disse que, uma semana após a última interdição, a então casa de *shows* voltou a funcionar. Afirmou que sua denúncia demorou meses para ser atendida. Registrou que, após a terceira interdição do estabelecimento, o dono do local agrediu o vizinho que acionou a fiscalização.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Apontou que 364 fiscais não conseguem fiscalizar os cerca de 7 mil bares da cidade. Informou que o estabelecimento sobre o qual comentava já voltou a funcionar como quadra de futebol e que também voltou a promover *shows*.

A presidenta disse que poderá solicitar a realização de uma visita técnica ao local.

Ailton informou que mora em frente ao Bar do Fernando. Disse que há horário para que as cadeiras sejam retiradas das ruas, mas que as pessoas permanecem nos passeios. Afirmou que não há quem fiscalize de madrugada. Apontou que os donos de bares reclamam exatamente daqueles empreendedores que não cumprem a lei.

Maria Aparecida Batista informou que mora no Bairro Lagoinha há 24 anos. Mencionou que, nos últimos tempos, o bairro se tornou uma espécie de “banheiro público” de Belo Horizonte, pois tudo que é ruim é jogado lá e a população local nunca é consultada. Defendeu que os ferros-velhos tenham horário para abrir e fechar, pois eles funcionam como canal para comércio de produtos ilícitos durante a madrugada. Citou caso de um bar perto do Hospital Metropolitano Odilon Behrens - HOB, que abre às 23 horas e produz algazarra durante toda a madrugada. Questionou onde está a fiscalização nesses momentos. Comunicou a localização de alguns ferros-velhos irregulares, onde são comercializados produtos roubados. Informou que há venda de drogas o dia todo na passarela da Lagoinha.

A presidenta afirmou que é doloroso ouvir esse relato. Convidou Maria Aparecida Batista a retornar em outras audiências para que tenha mais tempo de fala.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O representante da UniBH, Leandro Terra Adriano, falou sobre o projeto de extensão que estuda os impactos da política no mercado. Informou que a equipe do projeto procurou a presidenta para prestar uma consultoria universitária em seu gabinete.

A presidenta agradeceu a parceria.

Marco Antônio Medina agradeceu a oportunidade e pediu desculpas caso alguma fala sua tenha chateado alguém. Disse que sente a dor de Maria Aparecida e informou que a situação envolve questões de natureza fiscal e criminal. Falou sobre o licenciamento autodeclaratório, o alvará na hora, que dispensa a vistoria prévia. Questionou se esse seria o melhor modelo a ser seguido. Afirmou que os fiscais atuam basicamente atendendo a demandas.

A presidenta defendeu que esse modelo é o melhor a ser seguido sim. Comunicou ser grande defensora da liberdade econômica.

Marco Antônio Medina enfatizou que o mau cidadão precisa ser fiscalizado e que a população necessita saber como denunciar.

A presidenta afirmou que a fiscalização prévia de todos os empreendimentos é irreal. Declarou que a liberdade econômica salvou várias famílias. Agradeceu as presenças e solicitou que José Mauro Gomes peça a João Antônio Fleury que ele participe de uma reunião presencialmente pelo menos uma vez.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, a presidenta declarou encerrados os trabalhos.



ATA APROVADA
Distribuição para impugnação: 23/5/24
Comunicação de aprovação:
Presidenta/Presidente